

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ÁLVARO HENRIQUE DE OLIVEIRA SACRAMENTO

**CONTROLES INTERNOS DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS NOS
ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE**

JUIZ DE FORA

2017

Álvaro Henrique de Oliveira Sacramento

**CONTROLES INTERNOS DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS NOS
ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Ciências
Contábeis, da Universidade Federal de
Juiz de Fora como requisito parcial a
obtenção do título de Bacharel em
Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof^ª. Ms. Luciana de Lima Dusi Campos

JUIZ DE FORA

2017

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Sacramento, Álvaro Henrique de Oliveira.

Controles Internos dos Sistemas de Informações Contábeis nos Escritórios de Contabilidade / Álvaro Henrique de Oliveira Sacramento. -- 2017.

35 f.

Orientadora: Luciana de Lima Dusi Campos

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, 2017.

1. Controle Interno. 2. Sistema de Informação Contábil. 3. Sistema de Informação. I. Campos, Luciana de Lima Dusi, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

Aos 06 dias do mês de Julho de 2017, nas dependências da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fora, reuniu-se a banca examinadora formada pelos professores abaixo assinados para examinar o Trabalho de Conclusão de Curso de **ÁLVARO HENRIQUE DE OLIVEIRA SACRAMENTO**, discente regularmente matriculado(a) no curso de Ciências Contábeis sob o número 201377081, intitulado **CONTROLES INTERNOS DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS NOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE**. Após a apresentação e consequente deliberação, a banca examinadora se reuniu em sessão fechada, considerando o (a) discente _____ . Tal conceito deverá ser lançado em seu histórico escolar quando da entrega da versão definitiva do trabalho, impressa e em meio digital.

Juiz de Fora, 06 de julho de 2017.

Prof^a. Ms. Luciana de Lima Dusi Campos – Orientadora

Prof. Ms. Luís Carlos Barbosa dos Santos

Prof. Ms. Rodrigo Ferraz de Almeida



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Termo de Declaração de Autenticidade de Autoria

Declaro, sob as penas da lei e para os devidos fins, junto à Universidade Federal de Juiz de Fora, que meu Trabalho de Conclusão de Curso é original, de minha única e exclusiva autoria e não se trata de cópia integral ou parcial de textos e trabalhos de autoria de outrem, seja em formato de papel, eletrônico, digital, audiovisual ou qualquer outro meio. Declaro ainda ter total conhecimento e compreensão do que é considerado plágio, não apenas a cópia integral do trabalho, mas também parte dele, inclusive de artigos e/ou parágrafos, sem citação do autor ou de sua fonte. Declaro por fim, ter total conhecimento e compreensão das punições decorrentes da prática de plágio, através das sanções civis previstas na lei do direito autoral¹ e criminais previstas no Código Penal², além das cominações administrativas e acadêmicas que poderão resultar em reprovação no Trabalho de Conclusão de Curso.

Juiz de Fora, 06 de julho de 2017.

Álvaro Henrique de Oliveira Sacramento
201377081

¹ LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

² Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos: Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano ou multa.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus pelas oportunidades e por me fortalecer quando eu mais precisei.

Agradeço a minha orientadora Luciana Dusi pela dedicação e principalmente pela paciência na jornada deste trabalho.

Agradeço a toda minha família, namorada, sogra e amigos por sempre acreditar em mim e por toda ajuda necessária para a finalização deste trabalho, principalmente pela motivação para superar minhas dificuldades.

Agradeço todos os professores que compartilharam seus conhecimentos e possibilitando a minha formação acadêmica.

Aos colegas de classe e aos responsáveis pelos escritórios de contabilidade que responderam o questionário deste trabalho, contribuindo assim para a finalização deste.

“Ser feliz não é ter uma vida perfeita, mas deixar de ser vítima dos seus problemas e se tornar o autor da própria história” (Autor desconhecido)

RESUMO

Este trabalho buscou identificar como são feitos os controles internos dos sistemas de informações contábeis nos escritórios de contabilidade. Para isso foi feita uma pesquisa qualitativa em 9 escritórios de contabilidade. Desta forma, foi desenvolvido um questionário baseado em três definições: COSO (1992) sobre o ambiente de controle, Hurt (2014) sobre os controles internos essenciais e Lunkes (2010) sobre a avaliação dos controles internos. Também buscou-se compreender a percepção dos gestores a fim de constatar se há relação com a utilização dos controles internos. Com as respostas obtidas, pode-se inferir que a maioria das empresas pesquisadas viabilizam um bom sistema no ambiente de controle, grande parte dos controles internos essenciais são feitos, e a avaliação desses não é feita de forma adequada, e alguns nem a fazem. Observou-se que os gestores consideraram que os controles internos são imprescindíveis para a entidade, contudo o grau de utilização não reflete efetivamente a percepção dos gestores.

Palavras-chave: controle interno; sistema de informação contábil; sistema de informação

ABSTRACT

This work aimed to identify how the internal controls of the accounting information systems are carried out in the accounting offices. For this, a quali-quantitative research was done in 9 accounting offices. This way, a questionnaire was developed based on three definitions: COSO (1992) about the control environment, Hurt (2014) about the essential internal controls and Lunkes (2010) about the evaluation of internal controls. It was also sought to understand the managers' perception in order to verify if there is a relation with the use of internal controls. With the answers obtained, it can be inferred that most of the research companies provide a good system in the control environment, a great part of the essential internal controls are done and the evaluation of these is not done properly, and some do not even do it. It was observed that the managers considered that the internal controls are essential for the entity, however, the degree of utilization does not effectively reflect the managers' perception.

Keywords: internal control; accounting information system; information system

LISTA DE QUADROS

Quadro1: Ambiente de controle	23
Quadro2: Controles essenciais	24
Quadro3: Controle dos controles	25
Quadro 4: Primeira parte do Questionário Aplicado	27
Quadro 5: Segunda parte do Questionário Aplicado	29
Quadro 6: Terceira parte do Questionário Aplicado.....	32

LISTA DE ABREVIATURAS

COBIT	<i>Control Objectives for Information and Related Technologies</i>
COSO	<i>Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission</i>
HD	<i>Hard Disk</i>

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	12
1.1	OBJETIVOS	13
1.1.1	Objetivo geral	13
1.1.2	Objetivos específicos	13
2.	REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1	CONTROLE INTERNO	14
2.2	SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL	18
2.3	RELAÇÃO DO CONTROLE INTERNO COM A SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO.....	20
3.	METODOLOGIA	23
4.	ANÁLISE DOS RESULTADOS	27
4.1	PARTE I - ANÁLISE BASEADA NO MODELO COSO	27
4.2	PARTE II – ANÁLISE BASEADA EM HURT	28
4.3	PARTE III – ANÁLISE BASEADA EM LUNKES	31
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35

1. INTRODUÇÃO

A contabilidade é responsável pelo registro dos fatos ocorridos em uma determinada entidade. Sendo assim, gera informações que os usuários necessitam. Para a organização destes dados, é necessário um sistema contábil e ferramentas da tecnologia da informação, que contribuem para que as informações sejam relevantes, fidedignas, livres de erro e disponíveis para uma tomada de decisão oportuna.

Os escritórios de contabilidade e as empresas em geral estabelecem metas e objetivos para o cumprimento de suas atividades. Para garantir que elas sejam cumpridas, os empresários tomam medidas a fim de melhorar os processos. Desta forma, elaboram os controles internos para evitar situações que possam comprometer as suas operações.

Controles internos podem ser criados especificamente para os sistemas de informações contábeis. Nesse sentido, busca-se identificar como são feitos os controles internos dos sistemas de informações contábeis nos escritórios de contabilidade.

São vários os riscos em relação à segurança das informações contábeis. Pode-se ocorrer perdas de dados físicos ou digitais, estes serem roubados por *hackers*, ou acidentes como a queima de HD's. Indivíduos com acesso às informações podem usá-las em benefício próprio, prejudicando a entidade. Nesse sentido, tem-se a seguinte pergunta de pesquisa: Como se utiliza controles internos dos sistemas de informações contábeis nos escritórios de contabilidade?

Justifica pesquisar sobre controles internos dos sistemas de informações contábeis, de forma a contribuir para a eficiência e a eficácia dos métodos de controle, mais segurança e confiabilidade aos escritórios de contabilidade e privacidade com relação aos dados de seus clientes. Neste sentido, contribuindo também para a academia a fim de enriquecer o tema abordado cooperando com futuras pesquisas acadêmicas.

O presente trabalho está estruturado em quatro capítulos detalhados a seguir:

O capítulo 1 demonstra os objetivos desta pesquisa a fim de entender os controles internos nos escritórios.

O capítulo 2 é o referencial teórico, que demonstra conceitos de controles internos, sistemas de informações contábeis e a relação entre eles.

O capítulo 3 consiste na metodologia da pesquisa, demonstrando a base para as perguntas da mesma.

No capítulo 4 estão os resultados da pesquisa e também a análise desta.

Por último, no capítulo 5 serão feitas as considerações finais.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

O objetivo geral deste trabalho é identificar como são feitos os controles internos dos sistemas de informações contábeis nos escritórios de contabilidade.

1.1.2 Objetivos específicos

- Entender se há conhecimento dos proprietários de escritórios de contabilidade sobre controles internos;
- Determinar a existência de controles internos básicos;
- Identificar a utilização e avaliação dos controles internos usados e desta forma descobrir quais são os mais utilizados.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTROLE INTERNO

O controle interno vem se tornando peça fundamental para as empresas, não havendo mais controvérsias sobre o fato de que o tema sistemas de controles internos é um importante elemento para a gestão empresarial, tendo em vista que as organizações globalizaram suas operações, fazendo com que o assunto seja discutido de forma mais ampla (NASCIMENTO; REGINATO, 2010). Sendo assim, passou a ser abordado também por entidades que formatam normas legais que garantem que o sistema de controles internos atenda aos seus objetivos, o apoio à gestão empresarial e a ampliação da segurança da entidade, através da minimização dos riscos das informações da empresa.

Segundo Lunkes (2010, p. 95) “controles internos podem ser entendidos como as medidas de prevenção adotadas pela organização para se proteger de possíveis ações danosas contra a integridade de seu patrimônio”.

Em Controle Interno – Estrutura Integrada (1985), *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* – Comitê de Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway (COSO) definiu controle interno como:

Um processo, efetuado pelo conselho de administração, gestores e outras pessoas da entidade, concebido para fornecer uma segurança razoável quanto à realização dos objetivos nas seguintes categorias: efetividade e eficiência de operações, confiabilidade de relatórios financeiros e conformidade com leis e regulamentos pertinentes.

Para Crepaldi (2011, p. 204), os controles internos são “os procedimentos, métodos ou rotinas cujos objetivos são proteger os ativos, produzir os dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa”.

O Comitê de Procedimentos de Auditoria do Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados - AICPA, (apud Attie, 2011, p. 188), afirma:

O controle interno compreende o plano de organização e o conjunto coordenado dos métodos e medidas, adotados pela empresa, para proteger seu patrimônio, verificar a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a adesão à política traçada pela administração.

Já Nascimento e Reginato (2010, p. 149) diz que:

Controles internos podem ser entendidos como todo o arcabouço de normas de procedimentos existente na empresa, que visam a tornar os seus processos administrativos rastreáveis, de forma que as informações necessárias ao bom andamento desse processo sejam fidedignas, proporcionando ao mesmo tempo tomadas de decisões seguras e a rastreabilidade e a salvaguarda dos ativos da empresa consumidos durante as suas implementações.

Portanto, a empresa deve ser responsável por adotar um processo que visa assegurar uma confiabilidade em relação ao alcance desses objetivos.

A partir dos conceitos abordados, entende-se que controles internos são os elementos básicos que devem formar um sistema que assegura a organização e a proteção de seus ativos contra desvios ou uso impróprio da informação provinda do banco de dados da empresa. Portanto, controle interno envolve procedimentos e rotinas, que previnem a empresa de possíveis danos causados por erros, fraudes e imprevistos decorrentes de sua atividade.

Segundo Carlin e Hoog (2008, p. 91), erro é o “ato não intencional resultante de omissão, desatenção ou má interpretação de fatos na elaboração de registros e demonstrações contábeis”. Pessoas podem estar fadadas ao erro, porém algumas destas falhas podem ser evitadas com instruções aos funcionários, que podem cometer por falta de conhecimento sobre as atividades da empresa, objetivos e métodos. Sendo assim, controles internos podem prevenir tais equívocos, diminuindo a probabilidade de que aconteçam.

Carlin e Hoog (2008, p. 91), define fraude como “o ato intencional de omissão ou manipulação de transações, adulteração de documentos, registros e demonstrações contábeis”. A entidade pode ter perdas e informações roubadas por indivíduos que usam de seus privilégios de acesso a documentos ou ativos para benefício próprio e agir de forma mal-intencionada para prejudicar a entidade. Sendo assim, um controle interno pode dificultar ou até mesmo coibir as ações destas pessoas, principalmente em empresas com muitos funcionários, que possivelmente pode aumentar a complexidade dos controles internos.

Na entidade, gestores têm interesse direto em assegurar a qualidade de suas operações, enquanto o auditor, em assegurar a confiabilidade da informação. Logo, com as informações e um auditor, sendo parte do controle interno, é possível gerar maior confiabilidade, que conseqüentemente pode transformar dados simples em informações importantes para a tomada de decisão dos gestores, com vistas no objetivo comum da empresa. Logo, a confiabilidade assume vital importância (ATTIE, 2011; VASSEN et. al., 2013).

Segundo Hurt (2014, p. 39) “os propósitos do controle interno são: salvaguardar ativos, garantir a confiabilidade das demonstrações contábeis, promover a eficiência

operacional, encorajar a conformidade com as diretrizes da administração”. Portanto, o propósito do controle interno estabelece uma segurança nos objetivos da administração e nas operações da entidade, desse modo determinando mais eficiência e eficácia a todo processo operacional.

Segundo Hurt (2014), estes são controles internos essenciais em uma entidade:

- Auditorias internas. Podem revelar indícios de fraude, erros operacionais, desperdícios.
- Backup de arquivos de computador. Fazendo uma cópia dos arquivos regularmente, evita-se, caso ocorra alguma perda dos mesmos por algum imprevisto, de ter que refazer todo trabalho já realizado.
- Conciliação bancária. Um dos objetivos básicos é contabilizar diferenças temporárias entre os registros da conta contábil e os saldos efetivos da conta bancária, para que possa detectar, como exemplo, cheques fora de sequência, possíveis estornos e erros do sistema de informação.
- Confrontação de documentos. Garante que as faturas de fornecedores somente sejam pagas quando a mercadoria for devidamente comprada e faturada. Se o departamento de compras e de recebimentos enviar cópias dos pedidos, o contador pode confrontar a fatura com as cópias, para assim, começar o processo de pagamento.
- Criptografia de dados. Importante para bloquear acesso de criminosos cibernéticos aos dados da empresa, que podem alterá-los ou roubá-los, comprometendo a privacidade e integridade desses elementos contidos no sistema de informação contábil.
- Edição de checagens. O sistema de informação contábil mostra novamente os dados informados, logo, podem ser conferidos e caso observe-se algum erro, consertados antes da finalização do processo.
- *Firewalls*. É um elemento importante para a segurança dos sistemas de informação contábil, juntamente com a criptografia citada anteriormente, que impede o acesso não autorizado nos sistemas e avisa quando esses forem detectados.
- Segregação de Funções. Algumas pessoas devem assumir a responsabilidade de certos ativos, precisando de autorização para que estes sejam usados.

- Segurança Física. Manter o ambiente físico de trabalho em segurança, para evitar furtos de computadores e equipamentos, usando câmeras, cadeados e dependendo da empresa, a contratação de seguranças e empresas de segurança patrimonial.
- Seguro e seguro de garantia. Não influenciam diretamente na violação do controle interno, mas podem ajudar a entidade a recuperar possíveis perdas de ativos, entre outros.
- Telas pré-formatadas para o lançamento de dados. Para diminuir o tempo gasto nos processos de lançamentos de dados e aumentar a eficiência destes, usar telas pré-formatadas, nas quais já vêm estabelecidos os locais onde serão lançadas, como por exemplo, qual fornecedor comprou e por qual valor, tornando o lançamento mais práticos.
- Treinamento de usuários. Para os controles internos citados anteriormente ou outros funcionarem, é necessário que os indivíduos saibam como aplicá-los. Os funcionários, por exemplo, devem ser treinados e informados sobre o funcionamento, o que deve ser feito e o porquê da existência dos controles internos.
- Verificação de antecedentes. Cargos de muita responsabilidade devem ser preenchidos por pessoas capazes que não prejudiquem a empresa com interesses pessoais. Logo, uma das questões é a verificação de antecedentes, se o possível funcionário tem dificuldades financeiras ou processos penais onde ambos podem causar pressões para a violação dos controles internos.

Com os exemplos acima citados, observa-se a importância de ter um controle interno eficaz, onde é necessário considerar os riscos e, por meio da identificação destes, desenvolver controles para obter melhores resultados.

Na visão de Attie (2011, p. 191), “a importância do controle interno fica patente a partir do momento em que se torna impossível conceber uma empresa que não disponha de controles que possam garantir a continuidade do fluxo de operações e informações proposto”.

Na aplicação do controle interno é necessário avaliar os riscos do ambiente para que o sistema de controle seja feito. Entretanto, após aplicado, este sistema deve ser avaliado para averiguar a eficiência dos controles.

De acordo com Lunkes (2010) a avaliação do sistema de controle interno compreende:

- Determinar os erros ou irregularidades que poderiam acontecer;
- Verificar se o sistema atual de controles detectaria de imediato esses erros ou irregularidades;
- Analisar as fraquezas ou falta de controle, que possibilitam a existência de erros ou irregularidades.

Neste sentido, a avaliação está voltada a compreensão deste sistema, suas aplicações e seu funcionamento, conseqüentemente, esta avaliação se torna uma forma de controle interno.

2.2 SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL

De acordo com Padoveze (2009 p. 123), “o sistema de informação contábil é um dos meios que o contador geralmente utiliza para efetivar a contabilidade e a informação contábil dentro da organização, para que a contabilidade seja utilizada em toda a sua plenitude”.

Segundo Hurt (2014, p. 4) “um sistema de informações contábeis é um conjunto de atividades inter-relacionadas, documentos e tecnologias destinados a coletar dados, processá-los e relatar informações para um grupo diversificado de tomadores de decisões”.

Para Mosimann e Fisch (2009, p. 54) o conceito de SI:

É uma rede de informações cujos fluxos alimentam o processo de tomada de decisões; não apenas da empresa como um todo, mas também de cada área de responsabilidade. O conjunto de recursos humanos, físicos e tecnológicos que o compõe transforma os dados captados em informações, com a observância dos limites impostos pelos usuários quanto ao tipo de informação necessária a suas decisões, condicionando, portanto, a relação dos dados de entrada.

Para Rezende e Abreu (2013), diversos são os conceitos de sistemas de informação. Eles afirmam que sistema é um conjunto de partes entre si, que juntas alcançam um resultado, e o sistema de informações é relatório de unidades da empresa que circulam entre ela para o uso de componentes da organização, formando um conjunto de procedimentos e normas da empresa que estabelecem uma estrutura formal e que geram informação.

Com esses conceitos podemos concluir que o sistema de informação contábil contribui para que as informações estejam disponíveis em tempo hábil, para auxiliar no processo de tomada de decisão.

A tecnologia da informação faz com que o sistema de conhecimento se torne mais prático e rápido. Esta ciência faz parte do sistema de informação, sendo infraestruturas sobre as quais é desenvolvido, e os indivíduos trabalham neste composto (TURBAN *et al.*, 2004).

Conforme Laurindo (apud PADOVEZE, 2009, p. 29):

O conceito de tecnologia da informação é mais abrangente do que os de processamento de dados, sistemas de informação, engenharia de software, informática ou o conjunto de hardware e software, pois também envolve aspectos humanos, administrativos e organizacionais.

Na atualidade a Tecnologia da Informação, de acordo com Costa *et. al.* (2013, p. 1), “é um fator fundamental para as empresas competirem em um mercado cada vez mais competitivo, tanto em nível nacional como no enfrentamento dos desafios trazidos pelo mercado global”. O autor afirma que, atualmente, há uma necessidade de ter a tecnologia no Sistema de Informação contábil.

As empresas têm como opção a utilização de diversas tecnologias modernas para facilitar o processo de tomada de decisão dos gestores, visando atender a sua complexidade, seu crescimento, sua modernidade, sua perenidade, sua rentabilidade e sua competitividade (REZENDE, 2013).

Segundo Ivanir Costa *et. al.* (2013, p. 3), “a definição de tecnologia da informação está diretamente relacionada às necessidades de se estabelecerem estratégias e instrumentos de captação, organização, interpretação e disponibilização para uso das informações”. De acordo com Maeda Junior (2006), Basil e Cook (1978), Nieto (2004), Barbieri (1990), Negroponte (1995), (apud COSTA *et. al.*, 2013, p. 3), a tecnologia da informação possui as seguintes características:

- Apresenta grande transitoriedade e rápida obsolescência;
- Como mercadoria, tem valor de troca e é negociável;
- É heterogênea;
- Pode gerar diferentes níveis de impactos sobre as organizações e sobre a sociedade;
- É apenas um meio para atingir objetivos e não um fim em si mesma;

- Assume diferentes funções, conforme as oportunidades e necessidades que surjam;
- Ajuda a perpetuar as relações de poder;
- Requer um contínuo aprendizado por parte de seus usuários; e
- Está sendo democratizada.

2.3 RELAÇÃO DO CONTROLE INTERNO COM A SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Segundo Gonçalves (2009, p. 115) “os controles internos objetivam mitigar os riscos do negócio”. O autor cita tipos de riscos, entre eles estão o risco operacional e o risco informacional, e apresenta controles internos para a prevenção destes.

Segundo Gonçalves (2009, p. 115)

Toda organização corre riscos que podem impedi-la de alcançar os seus objetivos de negócio ou criar obstáculos para que isto aconteça. Para minimizar a existência destes riscos, é necessário que sejam definidos mecanismos de controle que assegurem a redução dos riscos a um nível aceitável, e cujo custo não ultrapasse os benefícios de redução dos riscos.

Os riscos operacionais são incidentes sobre o resultado, causados por falha humana, nos processos, sistemas ou evento externo. Podendo ser fraudes praticadas, falhas nos sistemas de informações, em equipamentos e em processos inadequados. Como exemplo de riscos operacionais típicos, Gonçalves (2009, p. 115) cita:

- Empregados desempenhando mal suas funções;
- Falta de procedimentos de segurança na operação;
- Falta de controle físico do estoque;
- Falhas técnicas, incluindo falhas em manutenções e verificações preventivas.

O controle interno do risco informacional tem ganhado importância e a possibilidade de ataques às informações vêm aumentando, pois grande parte das organizações estão conectadas à Internet, e a dependência delas aos seus sistemas de informação é cada vez maior. Para isso, a segurança da informação tem por objetivo protegê-la de diversos tipos de ameaças externas, causadas por *hackers*, e internas, que podem vir de funcionários, muitas vezes com acesso a informações não autorizadas.

Para o controle interno dos riscos informacionais, existe o modelo *Control Objectives for Information and Related Technology* (COBIT), que define controles internos como diretrizes, procedimentos, práticas e estruturas organizacionais. Logo, o COBIT aponta que os controles devem estar voltados para que a informação tenha eficácia, eficiência, confidencialidade, integridade, disponibilidade, conformidade e confiabilidade.

O modelo direciona como as atividades serão desenvolvidas para os processos de tecnologia da informação (GONÇALVES 2009, p. 117). O autor cita os controles que são avaliados durante a auditoria, baseado no COBIT:

- Dados estruturados ou não, considerando-se a privacidade de informações pessoais e a salvaguarda de registros organizacionais;
- Sistemas de aplicação, para evitar riscos relacionados à falhas;
- Tecnologia: hardware, sistemas operacionais, sistemas de gerenciamento de banco de dados, rede, etc.;
- Infraestrutura: recursos utilizados para operacionalização da organização;
- Pessoas: inclui todas as pessoas envolvidas nas atividades de planejamento, organização, aquisição, entrega, apoio e monitoramento dos sistemas de informação e serviços.

O COBIT é um guia, formulado como *framework*, direcionado para a gestão de tecnologia de informação. Foi lançado em 1996, e a versão atual, COBIT 4.1, foi publicada em 2007. Sua missão, segundo Ivanir Costa *et. al.* (2013, p. 270), é “pesquisar, desenvolver, divulgar e promover um conjunto de informações, objetivos e tecnologia de controle para o uso no dia a dia dos gestores de negócios, profissionais de tecnologia da informação e profissionais de segurança.”

O COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – Comitê de Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway) estuda e cria guias, com a finalidade de estabelecer operações organizacionais efetivas, eficientes e éticas. Sua principal função é patrocinar e disseminar estudos, que auxiliam em melhorar a gestão de riscos e definir controles internos para as empresas (IVANIR COSTA *et. al.*, 2013).

De acordo com Gonçalves (2009, p. 119), no modelo COSO, o sistema de informações deve informar ao controle interno os métodos usados para registro, aspectos do processamento de dados e da manutenção de arquivos, informar as metodologias para a manutenção e salvaguarda das contas de ativo, passivo e patrimônio líquido.

Segundo Hollander *et. al.* (apud Gonçalves, 2009, p.119), é importante que o sistema de informação possibilite:

- a) Identificação e registro de todos eventos no tempo certo;
- b) Descrição dos eventos suficientemente detalhada;
- c) Mensuração monetária dos eventos;
- d) Determinação do período em que ocorreram os eventos;
- e) Apresentação dos eventos e sua evidenciação adequada em demonstrações contábeis.

Com isto, o objetivo do controle interno é atingido baseado na informação, fazendo com que os sistemas de informações se tornem a principal ferramenta para que os controles internos fiquem mais eficientes e eficazes.

3. METODOLOGIA

O objetivo geral deste trabalho foi identificar como são feitos os controles internos dos sistemas de informações contábeis nos escritórios de contabilidade. Para isto, foi feita uma pesquisa, na qual sua abordagem caracterizou-se como quanti-qualitativa, pois é um método que possibilita abranger potencialmente inúmeras possibilidades ao levantar as ideias do público pesquisado e, ao mesmo tempo, mensurar as opiniões com finalidade de interpretar e analisar os dados reunidos explorando recursos e técnicas estatísticas (GIL, 2007).

Quanto ao método, pode-se definir como descritivo, pois descreve as características de determinada população ou fenômenos, utilizando-se, para a coleta de dados, técnicas padronizadas (GIL, 2007).

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica para a criação e fundamentação das perguntas de pesquisa. Sendo dividida em três definições: COSO (1992) sobre o ambiente de controle, Hurt (2014) sobre os controles internos essenciais e Lunkes (2010) sobre a avaliação dos controles internos. Cada definição, respectivamente, visa atingir os objetivos específicos: entender se há conhecimento dos proprietários de escritórios de contabilidade sobre controles internos, determinar a existência de controles internos básicos e mensurar a utilização e avaliação dos controles internos usados e desta forma descobrir quais são os mais utilizados.

Para coleta dos dados da pesquisa foi desenvolvido um questionário, no qual as perguntas foram baseadas nas definições citadas anteriormente, demonstradas nos três quadros abaixo:

Quadro1: Ambiente de controle

Controle 1 – Ambiente de Controle
<p>O ambiente fornece disciplina e a estrutura necessária para o sistema de controle, os fatores de um ambiente de controle incluem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Filosofia de gestão e estilo operacional; • A integridade, a ética e a competência dos colaboradores; • A atenção e a direção dadas pelo conselho de administração e por suas comissões; • A delegação de autoridade e responsabilidade por parte da Administração; • A eficácia da política de recursos humanos e o desenvolvimento dos empregados. (COSO, 1992)
1.1. Qual seu conhecimento na utilização dos controles internos?
1.2. Qual a classificação da utilização dos controles existentes na empresa?
1.3. Quanto à devida conferência dos registros da contabilização, como se classificam os controles?

1.4. O escritório disponibiliza um Manual de Contabilização para seus funcionários?
1.5. São feitos treinamentos para a correta utilização dos Controles Internos aplicados na empresa?
1.6. Há um manual interno para as atividades que os funcionários devam seguir?
1.7. Os escritórios recebem documentos de seus clientes, logo, existe algum controle interno sobre quais clientes enviaram ou não?
1.8. Sobre o período de competência dos documentos enviados pelos clientes, existe algum controle?

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro2: Controles essenciais

Controle 2 – Controles Essenciais
<p>Segundo Hurt (2014) “os propósitos do controle interno são salvaguardar ativos, garantir a confiabilidade das demonstrações contábeis, promover a eficiência operacional, encorajar a conformidade com as diretrizes da administração”. Para isso o autor descreve controles internos que são essenciais em uma entidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Auditorias internas. Podem revelar indícios de fraude, erros operacionais, desperdícios; • Backup de arquivos de computador, evitando perdas; • Conciliação bancária, para verificar a conta contábil com o saldo bancário; • Criptografia de dados, bloqueia o acesso de criminosos cibernéticos; • Edição de checagens. O sistema de informação contábil mostra novamente os dados informados para conferência dos dados; • Firewalls. É um elemento importante para a segurança dos sistemas de informação contábil, juntamente com a criptografia citada anteriormente, que impede o acesso não autorizado nos sistemas e avisa quando esses acessos forem detectados. • Segregação de Funções. Algumas pessoas devem assumir a responsabilidade de certos ativos, sendo assim, precisará de autorização para que estes sejam usados; • Segurança Física. Manter o ambiente físico de trabalho em segurança; • Seguro e seguro de garantia, podem ajudar a entidade a recuperar possíveis perdas de ativos entre outros;
2.1. O escritório faz auditoria interna?
2.2. É feito backup diariamente ou entre um período de até 3 dias?
2.3. Caso ocorra uma queda de energia elétrica, os computadores estão ligados à dispositivos No-Break?
2.4. É feita conciliação bancária?
2.5. O software utilizado pela empresa possui:
2.5.1 Edição de checagens?
2.5.2 Telas pré-formatadas?
2.6. Os computadores possuem:

2.6.1 Sistema de criptografia dos dados que só tem acesso a informações indivíduos que possuem a senha para descriptografar?
2.6.2 Firewalls que limitam o acesso as redes de computadores?
2.6.3 Os softwares de antivírus são usados com frequência?
2.7 A empresa possui controles internos que fazem a segurança física da empresa e de seus ativos?
2.8 Os ativos e a empresa possuem seguro para recuperar possíveis perdas?
2.9 Há segregação de funções para que não aconteça conluio entre os funcionários que possam cometer algum tipo de fraude?
2.10 Pessoas necessitam de autorização para acessar determinados ativos ou informações?
2.11 A empresa possui um servidor separado que não esteja conectado à rede mundial de computadores para mover dados críticos?

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro3: Controle dos controles

Controle 3 – Controle dos controles
De acordo com Lunkes (2010) a avaliação do sistema de controle interno compreende: <ul style="list-style-type: none"> • Determinar os erros ou irregularidades que poderiam acontecer; • Verificar se o sistema atual de controles detectaria de imediato esses erros ou irregularidades; • Analisar as fraquezas ou falta de controle, que possibilitam a existência de erros ou irregularidades.
3.1 É feita uma análise sobre a utilização dos controles internos aplicados?
3.2 O escritório faz uma análise das fraquezas ou falta de controles que possibilitam a existência de erros ou irregularidades?
3.3 Na sua percepção os controles internos ajudam no desenvolvimento das operações da empresa?
3.4 Se sim, de que forma os controles internos tem contribuído nestas operações?

Fonte: Elaborado pelo autor.

Utilizou-se a ferramenta do Google Drive, o Google Docs, para editar o questionário e gerar um link, que foi enviado por e-mail aos escritórios de contabilidade. O link do questionário disponibilizado no “Google Docs” foi enviado ao “Portal GContabilista” e à e-mails fornecidos nos sites dos próprios escritórios de contabilidade. Desta forma, foram

obtidas nove respostas. Sendo cinco através do “Portal” e quatro através dos e-mails contatados diretamente.

Houve limitações na obtenção de respostas para o questionário.

No questionário, como opções de respostas para as perguntas dos Quadros 1 e 3, foi utilizada a escala *Likert*, que consiste em cinco opções de respostas (Nenhum, Pouco, Indiferente, Bom, Excelente). Esta escala permitiu medir o nível de utilização dos controles internos na visão dos respondentes. Como as perguntas do Quadro 2 sugerem resposta mais objetivas, as opções de respostas foram limitadas a “Sim” ou “Não”.

Sob a particularidade dos procedimentos técnicos aplicados, a coleta de dados da pesquisa se categorizou como levantamento *survey*. De acordo com Malhotra (2006), esse método visa à aquisição de informações sobre as apreciações dos respondentes.

Sendo assim, os dados foram analisados considerando a percepção dos respondentes, neste sentido, direcionada mais aos dados das perguntas dos Quadros 1 e 3, pois haviam cinco opções de respostas a fim de medir o grau de utilização dos controles nos escritórios na compreensão dos gestores. As perguntas do Quadro 2 foram mais objetivas para que os dados proporcionassem uma análise mais quantitativa.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os dados coletados através do questionário foram analisados, tratados descritivamente e apresentados nos quadros 4, 5 e 6.

4.1 PARTE I - ANÁLISE BASEADA NO MODELO COSO

A primeira parte do questionário foi baseada no modelo COSO, que menciona o ambiente como fornecedor da disciplina para o controle interno, que inclui a gestão operacional, a eficácia da política de recursos humanos e o desenvolvimento dos empregados.

Quadro4: Primeira parte do Questionário Aplicado

Perguntas	%				
	Nenhum	Pouco	Indiferente	Bom	Excelente
1.1 Qual seu conhecimento na utilização dos controles internos?		22%		78%	
1.2 Qual o nível de utilização dos controles existentes na empresa?		44%		56%	
1.3 Quanto à devida conferência dos registros da contabilização, como são os controles?	11%	11%	11%	56%	11%
1.4 O escritório disponibiliza um Manual de Contabilização para seus funcionários?	33%	33%	12%	22%	
1.5 São feitos treinamentos para a correta utilização dos Controles Internos aplicados na empresa?	33%	44%		12%	11%
1.6 Há um manual interno para as atividades que os funcionários devem seguir?	22%	33%	12%	33%	
1.7 Os escritórios recebem documentos de seus clientes, logo, existe algum controle interno sobre quais clientes enviaram ou não?	12%			56%	33%
1.8 Sobre o período de competência dos documentos enviados pelos clientes, existe algum controle?		11%		78%	11%

Fonte: Elaborado pelo autor

O quadro acima mostra as porcentagens de respostas para cada uma das opções. Analisando todas as oito respostas, nota-se que a maioria não considera seus controles internos excelentes.

Na primeira pergunta, 78% dos respondentes afirmaram ter um bom conhecimento sobre controles internos. Já na segunda pergunta, apenas 56% afirmaram ter um nível bom de controle interno utilizado pelo escritório. Correlacionando as respostas 1.1 e 1.2, observa-se que, mesmo havendo um bom conhecimento sobre controle interno para a maioria dos respondentes, a utilização de controles de controles internos não é efetiva para a maioria dos respondentes.

No que se refere à parte operacional, na questão 1.3, 56% dos respondentes afirmaram ter um bom controle interno na conferência dos registros da contabilização, e 11%, um excelente controle. Esta conferência pode corrigir falhas, uma delas são os erros de digitação que podem ocorrer mesmo havendo competência operacional do colaborador. Este controle é simples e deveria ser usado por todos os escritórios.

Na questão 1.4, nota-se que 33% dos respondentes não disponibiliza manual de contabilização, 33% disponibiliza apenas para algumas áreas, 11% disponibiliza, mas não é utilizado e 22% disponibiliza, mas não considera de forma excelente. O manual orienta e direciona o funcionário quanto à correta escrituração contábil. Porém, comparando as respostas, pode-se concluir que não é um controle importante e muito utilizado.

As respostas da questão 1.5 mostram uma falha na política de desenvolvimento e acompanhamento das direções dadas pela Administração pois, 77% dos escritórios não fazem, ou fazem pouco treinamento para uma correta utilização dos controles internos aplicados.

Observa-se na questão 1.6 que 55% utilizam pouco ou nenhum manual sobre as atividades a serem desenvolvidas pelos funcionários. O manual orienta e direciona o funcionário quanto ao fluxo das atividades da empresa.

Em relação aos documentos de seus clientes, o controle interno mostra-se satisfatório pois, na questão 1.7, 89% possui um controle bom ou excelente. A questão 1.8 segue a mesma porcentagem para o período de competência de tais documentos. Estes controles são feitos quando os escritórios recebem os documentos e, se feitos de forma eficiente, contribuem para que os registros contábeis não se acumulem, conseqüentemente, tornando as informações mais tempestivas.

4.2 PARTE II – ANÁLISE BASEADA EM HURT

A segunda parte do questionário identificou os controles internos que Hurt (2014) afirma serem essenciais em uma entidade. As alternativas de respostas foram limitadas em “sim” ou “não” com o objetivo de coletar informações mais objetivas.

Quadro5: Segunda parte do Questionário Aplicado

	%	
	Sim	Não
2.1 O escritório faz auditoria interna?	22%	78%
2.2 É feito backup diariamente ou entre um período de até 3 dias?	89%	11%
2.3 Caso ocorra uma queda de energia elétrica, os computadores estão ligados à dispositivos No-Break?	78%	22%
2.4 É feita conciliação bancária?	78%	22%
2.5.1 O software utilizado pela empresa possui edição de checagem?	89%	11%
2.5.2 O software utilizado pela empresa possui Telas pré-formatadas?	78%	22%
2.6.1 Os computadores possuem sistema de criptografia dos dados que só tem acesso a informações indivíduos que possuem a senha para descriptografar?	67%	33%
2.6.2 Os computadores possuem firewalls que limitam o acesso as redes de computadores?	89%	11%
2.6.3 Os softwares de antivírus são usados com frequência?	89%	11%
2.7 A empresa possui controles internos que fazem a segurança física da empresa e de seus ativos?	78%	22%
2.8 Os ativos e a empresa possuem seguro para recuperar possíveis perdas?	33%	67%
2.9 Há segregação de funções para que não aconteça conluio entre os funcionários que possam cometer algum tipo de fraude?	56%	44%
2.10 Pessoas necessitam de autorização para acessar determinados ativos ou informações?	89%	11%
2.11 A empresa possui um servidor separado que não esteja conectado à rede mundial de computadores para mover dados críticos?	33%	67%

Fonte: Elaborado pelo autor

Na pergunta 2.1, 78% dos respondentes não fazem auditoria interna, um controle mais amplo no qual os resultados podem abranger todo o funcionamento do escritório, que podem revelar fraudes, erros operacionais e desperdícios. Por ser mais amplo, o gasto com este controle tende a ser maior e, possivelmente, um dos motivos para tais respostas.

O backup é uma forma de prevenir o extravio de dados importantes, que podem ser recuperados com a sua restauração. É um controle interno simples, apesar de demandar tempo, pois o computador demora para salvar as informações. As respostas da pergunta 2.2 demonstraram que 89% realizam backup como instrumento de controle interno dos sistemas de informação.

O No-Break, item da pergunta 2.3, evita a perda de dados, pois o dispositivo possui uma bateria interna que evita que os computadores desliguem quando há uma falta de energia elétrica, assegurando a integridade física do computador, evitando a queima do disco rígido. Na questão 2.3, 78% dos respondentes afirmaram utilizá-lo, o que indica ser um controle interno eficiente, pois para serem adquiridos e instalados em todas as máquinas, é necessário um alto investimento.

A pergunta 2.4 demonstra que 22% dos escritórios de contabilidade não fazem conciliação bancária. A conciliação é necessária para verificar se os saldos efetivos das contas bancárias são os mesmos na contabilidade. Este é um controle básico e de grande importância, que era de se esperar ser utilizado por todos os escritórios.

As perguntas 2.5 e 2.6 buscaram analisar alguns controles internos feitos no computador. Na pergunta 2.5.1, 89% admitem que o software utilizado possui edição de checagem, ou seja, após a confirmação do lançamento ele mostra novamente os dados para que o usuário faça a conferência dos dados. Um controle simples que evita erros operacionais, uma porcentagem de respostas já esperada.

Na pergunta 2.5.2, observa-se 78% dos respondentes afirmaram que, os softwares utilizados nos escritórios possuem telas pré-formatadas. Assim como o controle interno anterior, este controle diminui a possibilidade de acontecer o erro. Com os dois controles internos, estes escritórios garantem maior eficiência, pois diminuem também o tempo operacional.

A pergunta 2.6.1 teve como objetivo descobrir se existem criptografias que limitam o acesso a certos dados, e 67% responderam que existem. O resultado pode ter sido afetado pelo não entendimento da pergunta, já que este controle, por ser essencialmente digital, pode não ser de fácil entendimento e, portanto, pode ser ignorado pelos respondentes.

No mesmo sentido desta proteção dos dados, a pergunta 2.6.2 e a 2.6.3 visou identificar se controles internos digitais básicos firewall e antivírus são utilizados. Em ambas, 89% afirmaram que utilizam, logo, vê-se que há uma preocupação com os perigos digitais, o que contrapõe o resultado da questão 2.6.1, reforçando a possibilidade do não entendimento

da pergunta ou demonstram que não há tanta preocupação, sendo feitos apenas os controles digitais básicos.

Em relação ao controle interno dos ativos físicos, as respostas das questões 2.7 e 2.8 apontaram que 78% dos escritórios fazem a segurança física e 67% não possuem seguro para recuperar possíveis perdas. Desta forma, caso aconteça uma falha do primeiro controle interno, como um furto, a maioria dos escritórios não tem o seguro para recuperação de ativos.

As perguntas 2.9 e 2.10 estão relacionadas aos controles internos voltados para as pessoas. Na pergunta 2.9, 56% afirmaram que realizam segregação de funções como forma de controle para evitar conluio entre os funcionários.

A pergunta 2.10 está relacionada a autorização dos responsáveis para que os indivíduos acessem determinados ativos ou informações, 89% responderam que utilizam este controle. Um controle simples sendo necessário somente a direção dada pelos responsáveis, sendo assim, um dos fatores para este resultado.

A utilização computadores que não estão conectados à rede mundial de computadores, também chamados de servidores, são controles internos digitais que minimizam os riscos de roubos de dados por *hackers*. Na pergunta 2.11, 67% admitem não utilizar este controle. Este resultado reforça a sugestão citada na análise da pergunta 2.6.1 de que os controles internos digitais não causam tantas preocupações aos responsáveis.

Com os resultados apresentados na Parte II do questionário, observa-se que a maioria dos escritórios de contabilidade usa a grande parte dos controles internos citados por Hurt (2014). Os resultados apresentam uma falha nos controles internos relacionados à segurança dos sistemas de informações digitais, pois não são usados pela maioria.

4.3 PARTE III – ANÁLISE BASEADA EM LUNKES

A Parte III do questionário foi baseada na avaliação do sistema de controle interno citada por Lunkes (2010), que consiste em determinar, verificar e analisar os erros deste sistema. As opções de respostas foram cinco, baseada na escala *Likert*, para observar o nível de utilização dos controles internos dos escritórios.

Quadro 6: Terceira parte do Questionário Aplicado

	%				
	Nenhum	Pouco	Indiferente	Bom	Excelente
3.1 É feita uma análise sobre a utilização dos controles internos aplicados?	33%	22%	12%	33%	
3.2 O escritório faz uma análise das fraquezas ou falta de controles que possibilitam a existência de erros ou irregularidades?	23%	33%		44%	
3.3 Na sua percepção os controles internos ajudam no desenvolvimento das operações da empresa?	12%	11%		44%	33%
3.4 De que forma os controles internos tem contribuído nestas operações?	11%	22%	12%	44%	11%

Fonte: Questionário aplicado

A pergunta 3.1 demonstra que 55% dos respondentes fazem nenhuma ou pouca análise da utilização dos controles internos. Nota-se que na Parte I e Parte II do questionário a maioria dos controles internos são feitos, porém na questão 3.1 somente 33% consideram boa a análise dos controles internos aplicados. O acompanhamento dos controles internos aplicados busca garantir que eles sejam eficientes e eficazes. Os resultados mostram que há um descuido nesta parte na maioria dos escritórios.

Na pergunta 3.2, 44% responderam que fazem uma boa análise das fraquezas ou existência de erros e irregularidades. Esta análise possibilita a criação e a melhoria dos controles internos.

Na pergunta 3.3, 77% responderam que o grau de ajuda dos controles internos é bom e excelente, sendo assim, consideram que os controles ajudam no desenvolvimento das operações da empresa. Nota-se que o resultado foi o mesmo para a pergunta 1.1, possivelmente os que responderam que possuem um bom conhecimento sobre controles internos são os mesmos que marcaram as opções bom e excelente nesta questão 3.3, ou seja, supõe-se que quem conhece os controles internos sabe dos seus benefícios.

Na pergunta 3.4, 55% afirmaram que os controles internos contribuem consideravelmente nas operações. Nota-se que na questão 1.2 o resultado foi o mesmo, neste sentido, supõe-se que há uma relação entre quem afirma contribuir com o nível de utilização.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste trabalho foi identificar como são feitos os controles internos dos sistemas de informações contábeis nos escritórios de contabilidade. Inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica para a criação e fundamentação da pesquisa.

Considera-se que os objetivos específicos do presente trabalho foram atingidos, pois foi possível medir o grau de utilização dos controles, identificar a utilização dos controles essenciais e apontar a percepção dos gestores. Sendo estes divididos em três partes, representados, respectivamente, pelos Quadros 4, 5 e 6.

A primeira parte teve como objetivo examinar o “Ambiente de Controle”, e como as respostas foram fechadas em cinco opções para medir o grau de utilização, na maioria das perguntas os gestores consideraram bom o nível utilizado. Destaca-se que 56% afirmaram que há um bom nível de utilização dos controles internos. Contudo, esperava-se que a utilização fosse mais abrangente, baseado no que os autores escrevem sobre o tema e também pela primeira pergunta, onde 78% afirmaram que têm conhecimento sobre o assunto.

A segunda parte do questionário foi sobre “Controles Essenciais”, e constatou-se que grande parte destes controles internos são utilizados pela maioria dos escritórios contábeis, minimizando os riscos e contribuindo para os objetivos dos controles internos definidos no referencial teórico.

Na terceira parte, “Controles dos Controles”, foram feitas perguntas com dois objetivos: o de averiguar se há avaliação dos controles internos aplicados e examinar a percepção dos gestores sobre estes, para também entender se há uma ligação entre os dois objetivos. As respostas demonstraram que a maioria dos escritórios não dá importância para acompanhar os controles aplicados e maioria afirma que os controles ajudam a empresa. Logo, a relação dos objetivos não está de acordo, pois mesmo afirmando a importância do controle interno, muitos não o avalia.

Pressupõe-se, baseados nos resultados, que os controles internos aplicados aos sistemas de informações contábeis são feitos, mesmo alguns sendo realizados sem domínio geral sobre o assunto. Ao confrontar resultados de perguntas diferentes, observa-se que os gestores sabem da importância dos controles internos aplicados aos sistemas de informações contábeis, porém, não é a maioria que os utilizam da forma adequada.

Os resultados que chamam atenção são aqueles relacionados aos controles internos digitais, pois os resultados demonstraram que tais controles não são utilizados como

deveria, tendo em vista o crescimento e a dependência digital do mundo atual, consequentemente aumentando os riscos relacionados. Presume-se não haver preocupação perceptível com estes riscos.

Como sugestão para futuras pesquisas considera-se o tema sobre a relação dos gestores que já conhecem o controle interno e suas aplicações nos escritórios de contabilidade, e questionar o porquê dos riscos digitais não tem a mesma prioridade que os materiais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATTIE, William. **Auditoria –Conceitos e Aplicações**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

HOOG, W. A. Z.; CARLIN, E. L. B. **Manual de Auditoria Contábil das Sociedades Empresárias**. 2. Ed. Curitiba: Juruá. 2008.

Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission. 1985. *Internal Control-Integrated Framework*. New York: Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission.

COSTA, I; NETTO, M. M.; NETO, P. L. O. C.; JÚNIOR, J. L. C. **Qualidade em tecnologia da informação**. São Paulo: Atlas, 2013.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil: teoria e prática**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

HURT, Robert L. **Sistemas de informações contábeis: conceitos básicos e temas atuais**. 3. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GONÇALVES, Rosana C. M. Grillo. **Sistemas de informação: ênfase em controladoria e contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

LUNKES, Rogério João. **Controle de Gestão: Estratégico, Tático, Operacional, Interno e de Risco**. São Paulo: Atlas, 2010.

MOSIMANN, Clara Pellegrinello; FISCH, Sílvio. **Controladoria: seu papel na administração de empresas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NASCIMENTO, Auster M; REGINATO, Luciane. **Controladoria – Instrumento de apoio ao processo decisório**. São Paulo: Atlas, 2010.

PADOVEZE, C. **Sistemas de Informações Contábeis – Fundamentos e Análise**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

REZENDE, D. A., ABREU, A. F. **Tecnologia da informação – Aplicada a Sistemas de Informação Empresarial**. 9. Ed. São Paulo: Atlas, 2013.

TURBAN, E.; MCLEAN, E; WETHERBE, J. **Information Technology for Management Transforming Organizations in the Digital Economy**. 4. ed. New York: Wiley, 2004.

VAASSEN, E.; MEUWISSEN, R.; SCHELLEMAN, C. **Controle interno e sistemas de informação contábil**. Tradução Antônio Benedito Silva Oliveira, Cecília Bartalotti. São Paulo: Saraiva, 2013.